



GOVERNO DE MOÇAMBIQUE



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO

UN Mozambique
Plano de Trabalho Anual do projecto “Apoio ao Cidadão no Acesso à Justiça”

Agência: PNUD

OUTCOME do UNDAF: 1. Até 2011, reforçada a capacidade do Governo e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) ao nível nacional, provincial e local, para planificar, implementar e monitorizar o desenvolvimento socio-económico da uma forma transparente, responsável, equilibrada e participativa para alcançar os ODMs.

UNDAF Resultados do Programa da Equipa do País 1.5:

Melhoria da norma jurídica, do acesso à justiça e das reformas penais, com ênfase na segurança pública e humana.

UNDAF Resultados do Programa do País:

- 1.5.1. Sensibilização da sociedade civil em relação aos direitos humanos, com enfoque nos direitos da mulher e da criança, dos trabalhadores e das PVHS e maior protecção pelas instituições da justiça.
- 1.5.2. Melhoria dos mecanismos de justiça de menores a funcionarem e todas as províncias terão criado uma secção de monores modelo piloto nos tribunais existentes destinadas às crianças em contacto e em conflito com a lei.
- 1.5.3. Procuradoria Geral, Ministério da Justiça e MINT fortalecidos para combaterem o crime organizado e a corrupção e melhoria das condições das prisões.

CPAP Resultados Esperados:

- 4.1 Administração da Justiça a nível local reforçada.
- 4.2 Sistema correcional unificado e reformado.
- 4.3 Organização contra o crime reforçada..
- 4.4 Direitos humanos protegidos pelas instituições de justiça.
- 4.5 Questões de género na administração da justiça promovidas.
- 4.6 Questões legais relacionadas com HIV/SIDA promovidas.

Implementing partner:

Ministério da Justiça

Other Partners:

IPAJ, SNAPRI, PGR

Em complementaridade com o projecto de “Apoio ao Cidadão no Acesso à Justiça”, que terminou em Dezembro de 2009, o PNUD Moçambique continuará a apoiar a Boa Governação e a Democracia, incluindo os Direitos Humanos como uma de suas prioridades. Assim, o Programa continuará a apoiar as camadas mais vulneráveis e pobres da população, evitando a duplicação de esforços com outros doadores e focalizando o seu apoio nas áreas abrangentes de Justiça Penal/Criminal e Descentralização. Para atingir estes objectivos o projecto continuará apoiando as 6 componentes do PACAJ, nomeadamente, a Administração da Justiça a Nível Local; o Sistema Correccional; a Organização contra o Crime; os Direitos Humanos; o Direito das Mulheres e questões Legais relativas ao HIV e Sida. Este programa visa criar as bases para um sistema de justiça penal coordenado onde as políticas são discutidas tanto a nível central com descentralizado, onde as lições aprendidas a nível descentralizado alimentam o nível central e mais importante, que cria um sistema de justiça penal comprometido coma cultura de harmonização de políticas, participação e consulta.

O projecto em 2010 irá continuar com as actividades iniciadas pelo PACAJ e consolidar os seus resultados até que o próximo projecto de apoio ao sector se inicie. Durante 2010, este projecto vai também apoiar o processo de formulação do novo projecto de apoio ao sector da Justiça.

Programme Period: 2007-2011

Programme Component: 4. Justiça, Segurança e Legalidade

Budget Code:

Year: 2010

Estimated annualized budget: \$900,000

Allocated resources: \$730,000

Government:

Regular Resource: \$510,000

Other Resource (DGTTF): \$220,000

Unfunded budget: \$170,000

Agreed by (Ministério da Justiça):



Maria Benvinda Levi, Ministra da Justiça

Agreed by (UNDP):



Ndolamb Ngokwey, Representante Residente do PNUD

Mozambique Annual Work Plan

Implementing Partner: Ministry of Justice
FACE authorization specimen:

Eduardo Mussanhane, National Coordinator

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendario				Responsável	Orçamento Planificado		Origem dos Fundos
		Q1 2010	Q2 2010	Q3 2010	Q4 2010		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	
Componente 4: Justiça, Segurança e Legalidade									
Resultado esperado CPAP : 4.1.Administração da Justiça reforçada ao nível local									
Efeito esperado CPAP: 4. 1. 1. 3 Escritórios provinciais integrados no sistema da Justiça									
1. Escritórios provinciais capacitados	<p><i>1.1 Reforço institucional destes escritórios como panificadores e monitores das acções do PEI e coordenadores das acções de articulação sectorial (secretariado das CPCL)</i></p> <p><i>Apoio aos Conselhos Consultivos distritais no desempenho do papel de fórum de justiça.</i></p>	X	X	X	X	Ministério da Justiça	50 000	30 000	UNDP RR
Efeito esperado CPAP: 4.1.2. Justiça melhorada a nível distrital.									

ME

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendario				Responsável	Orçamento Planificado			
		Q1 2010	Q2 2010	Q3 2010	Q4 2010		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos	
2. Palácios da Justiça eficientes e em pleno funcionamento.	2.1 Apoio aos tribunais itinerantes nos distritos (Cortejos)		X	X		Ministério da Justiça	50 000	20 000	UNDP RR	
	2.2 Formação continua dos operadores dos Palácios.	X	X	X						
	2.3 Monitoria e avaliação (incluindo estudo sobre o funcionamento dos Palácios da Justiça)				X					
Efeito esperado CPAP: 4.1.3. Segurança pública ao cidadão melhorada.										
3. Prevenção do crime fortalecida.	3.1 Campanha de prevenção de crime com TVM e RM.	X	X			Ministério do Interior	10 000	10 000	UNDP RR	
Efeito esperado CPAP 4.1.4. Assistência jurídica e judiciária ao cidadão carenciado melhorada.										
4. A capacidade de IPAJ e clínicas jurídicas fortalecida.	4.1 Fornecimento de bibliografia e ferramenta legal ao IPAJ (manual dos paralegais)	X	X			Ministério da Justiça	80 000	30 000	UNDP RR	
	4.2 Apoio a campanha de disseminação do IPAJ	X	X	X						
	4.3 Apoio na implementação do Plano Estratégico		X	X	X					
	4.4 Apoio as clínicas jurídicas das universidades (incluindo levantamento do impacto das actividades do PACAJ)	X	X	X	X					
Resultado esperado CPAP 4.2: Sistema Correccional Unificado e Reformado										
Efeito esperado CPAP 4.2.2. Projecto de legislação apresentado ao Ministério da Justiça										

WQ

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2010	Q2 2010	Q3 2010	Q4 2010		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
5. Quadro legislativo do sistema prisional revisto e em conformidade com a CRM, a legislação em vigor, e os princípios universalmente aceites de tratamento dos reclusos.	<p>5.1 Desenvolvimento de nova legislação sobre a organização prisional com apoio da assistência internacional</p> <p>5.2 Organização de um seminário com parceiros relevantes sobre a revisão da legislação prisional (recolha de informação através de um processo participativo)</p> <p>5.3 Organização de um seminário para apresentação e validação do quadro legislativo proposto com parceiros relevantes, incluindo a sociedade civil</p>	X	X			UIP/ Ministério da Justiça (SNAPRI)	110 000	110 000	UNDP OR (DGTTF)
6. Legisladores, parlamentares e parceiros relevantes sensibilizados sobre a necessidade de uma nova legislação prisional	6.1 Organização de reuniões entre os diversos intervenientes para uma maior consciencialização dos parlamentares sobre esta nova legislação das prisões.	X	X			UIP/SNAPRI/ PNUD	-	-	-

Efeito esperado CPAP 4.2.3. Medidas alternativas a prisão estudadas e desenvolvidas

me

5

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2010	Q2 2010	Q3 2010	Q4 2010		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
Lei sobre Medidas alternativas à pena da prisão introduzida em Moçambique	6.2 Desenvolvimento da legislação sobre medidas alternativas à prisão privativa da liberdade	X	X	X		UIP/ Ministério da Justiça (SNAPRI)	150 000	110 000	UNDP OR (DGTTF)
	6.3 Desenvolvimento de regulamentos para a aplicação da referida lei.		X	X					
	6.4 Apresentação da proposta sobre a implantação do serviço comunitário em Moçambique.		X	X					
	6.5 Desenvolvimento de orientações para identificação (proposta).	X							
	6.6 Organização de um seminário que incluirá a sociedade civil na aplicação da lei sobre medidas alternativas à pena privativa de liberdade.		X						
Resultado esperado CPAP 4.3. : Organização contra o Crime Reforçada									
Efeito esperado CPAP 4.3.1. Procuradoria-Geral da República reforçada para combater o crime organizado									
7. Investigadores formados para combater o crime organizado	7.1 Formação dos investigadores (técnicas de investigação e policiais)		X	X		Ministério da Justiça, PGR	20 000	20 000	UNDP RR
Efeito esperado CPAP: 4.3.2. Serviços de Investigação Criminal capacitados e adequadamente equipados									
8. Serviços de Investigação criminal melhor equipados	8.1 Apoio para capacitação institucional para PGR.		X	X		PGR	10 000	10 000	UNDP RR

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendarario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2010	Q2 2010	Q3 2010	Q4 2010		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
9. Efeito esperado CPAP 4.3.3. Combate à Corrupção aumentado									
9. Melhoria da articulação inter-institucional para o combate a corrupção e o papel do GCCC difundido	9.1 Implementação das recomendações imediatas do Plano Nacional de Acção para a Integridade no Judiciário	X	X	X	X	MIN JUS PGR			
	9.2 Implementação das recomendações imediatas do Plano Estratégica do GCCC (Campanha de combate a corrupção)	X	X	X	X	PGR (GCCC)	20 000	20 000	UNDP RR
Resultado esperado CPAP 4.4. Direitos Humanos protegidos pelas Instituições da Justiça									
Efeito esperado CPAP: 4.4.1. Conhecimento sobre direitos humanos difundidos na sociedade									
10. Reforço das capacidades e visibilidade do Conselho Constitucional	10.1 – Apoio institucional ao Conselho Constitucional em: Publicações <ul style="list-style-type: none"> • Volume 4 do Acórdão do CC • Bruchures sobre CC • Revista trimestral • Brochura sobre CC ao nível regional Assessoria: <ul style="list-style-type: none"> • Um jubilado 	X	X	X	X	Conselho Constitucional	50 000	20 000	UNDP RR

ue

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendarario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2010	Q2 2010	Q3 2010	Q4 2010		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
		11. O novo projecto em Justiça aprovado.	11.1 Consultoria de formulação do draft do projecto.	X					50 000
	11.2 Conduzir o consultoria dos parceiros.		X						
	11.3 Apresentar o draft do projecto para o LPAC			X					
	11.4 Finalisar e aprovar o projecto.				X				
Custos de Implementação e capacitação									
12. Apoio administrativo e programático (CTA e admin/financa)	12.1 Facilitação na implementação das actividades, coordenação e monitoria	X	X	X	X	UJP/Ministério da Justiça, PNUD	300 000	300 000	UNDP RR
Suporte administrativo e programático	12.2 Miscelânea	X	X	X	X		15,000		DGTTF
GRANDE TOTAL PARA 2010							900 000	730 000	510,000 UNDP RR 220 000 UNDP OR (DGTTF) 170,000 Unfunded

me

M&E Framework

AWP Expected results	Indicators, baselines and targets	Means of Verification
<p>List the expected results as in the AWP above</p>	<p>Against each expected result, include the indicator(s) that will be used to measure achievement and the baseline and target for each indicator</p>	<p>Provide the source of data that will be used to measure the indicator</p>
<p>4.1.1. 3 Escritórios provinciais integrados no sistema da Justiça <i>Resultado 2010: Escritórios provinciais capacitados</i> - <i>Reforço institucional destes escritórios como secretariado das CPCL</i> - <i>Apoio aos conselhos consultivos distritais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Escritórios provinciais prestando serviços de justiça dentro do quadro normal de funcionamento do sistema (Número de reuniões das CPCL – mínimo trimestralmente) • Escritórios provinciais dinamizando a discussão de questões de justiça nos conselhos consultivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios mensais dos escritórios provinciais • Idem
<p>4.1.2. Justiça melhorada ao nível do distrito <i>Resultado 2010: Palácios da Justiça eficientes e em pleno funcionamento</i> - <i>Apoio aos tribunais itinerantes nos distritos</i> - <i>Formação contínua e estudo sobre o funcionamento dos Palácios da Justiça</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de casos tratados pelos tribunais itinerantes nos distritos (cobertura de cada prov. Piloto nos distritos abrangidos) • Aumento do número de casos atendidos e resolvidos por juiz/mês a nível provincial (baseline 20 em 2008) • Número de Palácios da Justiça em pleno funcionamento (Sobre um total de 5 Palácios construídos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios mensais dos escritórios provinciais • Estatísticas do Tribunal Supremo • Relatórios mensais dos escritórios provinciais, visitas de monitoria
<p>4.1.3. Segurança pública melhorada através da prevenção do crime <i>Resultado 2010: Prevenção do crime fortalecida</i> - <i>Campanha de prevenção de crime com TVM e RM</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de formações da PRM na província de Maputo e campanha de prevenção de crime realizadas. • Número das oficiais de polícia formados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório das actividades da PRM • Carta do Ministério do Interior neste sentido

ue

<p>4.1.4. Assistência jurídica e judiciária ao cidadão melhorada <i>Resultado 2010: IPAJ e clínicas jurídicas capacitadas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de bibliografia e ferramenta ao IPAJ (<i>manual dos paralegais</i>) - Apoio a campanha de disseminação do IPAJ - Apoio as clínicas jurídicas das universidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Numero de programas da campanha sobre direitos legais e judiciais realizados (meta: 5 programas) • Produção do manual para os paralegais • Número de clínicas legais e pessoas assistidas (baseline: 3 clínicas legais com 1586 em 2008) 	<ul style="list-style-type: none"> • TVM, relatórios do IPAJ • Relatórios do IPAJ
<p>4.2.2. Projecto de legislação apresentado ao Ministério da Justiça <i>Resultado 2010: Quadro legislativo do sistema prisional revisito e em conformidade com a CRM e os princípios universalmente aceites de tratamento dos reclusos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Assessoria Técnica Internacional em reforma Legal - Seminário e disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro legislativo do sistema de prisões mais alinhado com a CRM e normas internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Carta do SNAPRI aprovando e depositando o ante-projecto de lei no Ministério da Justiça
<p>4.2.3. Medidas alternativas de prisão estudadas e desenvolvidas <i>Resultado 2010: Conceito sobre as penas alternativas a prisão desenvolvido e disseminado</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do regulamento sobre as medidas alternativas de prisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Ante-projecto revisito sobre medidas alternativas à prisão produzido e apresentado num seminário • By-laws e orientações para identificação dos parceiros desenvolvidos para aplicação de penas alternativas a prisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção do documento final do SNAPRI • Relatórios e estatísticas do SNAPRI • Recepção do by-law aprovado pelo SNAPRI e submetido ao Ministério da Justiça

ue

<p>- Apresentação do ante-projecto num seminário</p> <p>- Campanha de sensibilização sobre as medidas alternativas</p>	<p>4.3.1. Procuradoria-Geral da República reforçada para combater o crime organizado</p> <p><i>Resultado 2010: Investigadores formados para combater o crime organizado</i></p> <p>- Formação dos investigadores (técnicas de investigação e policiais)</p> <p>4.3.2. Serviços de Investigação Criminal capacitados e adequadamente equipados</p> <p><i>Resultado 2010: Serviços de Investigação criminal melhor equipados</i></p> <p>- Capacitação institucional para PGR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios do SNAPRI • Relatórios do CFJJ • Relatórios do GCCC e da PGR
<p>4.3.3. Combate à Corrupção Incrementado</p> <p><i>Resultado 2010: Melhoria da articulação inter-institucional para o combate a corrupção</i></p> <p>- Implementação das recomendações imediatas do Plano Nacional de Acção para a Integridade no Judiciário</p> <p>- Implementação das recomendações imediatas do Plano Estratégica do GCCC (Campanha de combate a corrupção)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de iniciativas de formação realizadas e respectivos números de beneficiários • Nível de desempenho das regiões beneficiárias de infra-estrutura e equipamento • Diminuição do tempo médio que leva a trazer os processos no tribunal • Aumento do número de processos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória • Nível de realização do Plano Nacional de Acção para a Integridade no Judiciário (Definição das prioridades para 2010, com execução de 80%) • Nível de implementação do Plano Estratégico do GCCC (Definição das prioridades para 2010, com execução de 80%) • Números de casos de corrupção (denunciados, em investigação, acusados e julgados) 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios do Judiciário • Relatórios do GCCC
<p>4.4.1. Conhecimento sobre direitos humanos difundidos na sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica ao CC • Publicações realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Cópias da literatura desenvolvida

<p>Resultado 2010: Melhoria dos conhecimentos sobre os direitos humanos na sociedade - - Apoio a capacitação do CC</p>	
<p>Studies, surveys and evaluation (list below all surveys, evaluation and studies that will be conducted during the year – ensure that each activities are also listed and budgeted for in the AWP above)</p>	
<p>Estudo sobre o funcionamento dos Palácios da Justiça</p>	<p>Act. 4.1.2.</p>
<p>Revisão da legislação do sistema prisional</p>	<p>Act. 4.2.2.</p>
<p>Regulamentos sobre as medidas alternativas a pena de prisão</p>	<p>Act. 4.2.4.</p>
<p>Manual dos paralegais (IPAJ)</p>	<p>Act. 4.4.1.</p>

ME

